Dabana Namone *

ORCID iD https://orcid.org//0000-0002-1021-2520

Resumo: Na Guiné-Bissau, falam-se várias línguas étnicas e a língua crioula, a mais falada. Contudo, a língua portuguesa é a oficial e a única de ensino, embora seja falada apenas por 11% da população, cuja maioria reside na capital Bissau. A transmissão dos conhecimentos entre diferentes grupos étnicos do país é dominada pela tradição oral, transmitida em língua materna. A presente pesquisa analisou o impacto da língua portuguesa (LP) no sistema de ensino da Guiné-Bissau, especialmente dos alunos da 1ª a 4ª classe (série) da etnia Balanta-Nhacra, na região de Tombali, sul do país. Descreveram-se a política educativa e linguística adotadas pelo regime colonialista português e seu impacto após a independência do país. Constatou-se que a LP é o principal fator de insucesso do sistema de ensino guineense, na medida em que ela é ensinada como a língua materna das crianças, cuja majoria a desconhece, sobretudo no interior do país, caso das crianças Balanta-Nhacra de Tombali, protagonistas dessa pesquisa, que só falam a língua materna, pois poucas falam o crioulo - o idioma mais falado no país. Portanto, concluiu-se que o insucesso escolar não é dos alunos. Estes apenas sofrem as consequências do insucesso no sistema de ensino pautado em uma língua estranha à realidade sociocultural desta nação. A metodologia utilizada consiste, na pesquisa bibliográfica/documental e a pesquisa de campo: entrevista e observação direta, nas escolas e nas tabancas/aldeias pesquisadas. A pesquisa foi realizada na região de Tombali, concretamente em quatro escolas, a saber: Ensino Básico Unificado de Mato-Farroba (EBU de Mato-Farroba), Ensino Básico Unificado de Cufar (EBU de Cufar), Escola de Autogestão de Mato-Farroba, conhecida como Escola Tona Namone (EAG Tona Namone) e Escola de Autogestão de Areia, chamada Escola Abêne (EAG Abêne). Foram entrevistados dezesseis estudantes, oito professores e três especialistas, sendo dois em educação e um em língua portuguesa.

Palavras-chave: Guiné-Bissau; Educação; Língua portuguesa; Balantas-Nhacra

Resumu: Na Guiné-Bissau é ta papia manga de línguas étnica, suma ambi língua kriol, ki mais ta papiado. Mas, purtuguis ki kudjidu suma língua oficial i el som ki ta sinado na escola, só ki i ta papiado só pa 11% de pupulaçon e manga deles é mora na capital Bissau. Diferentes grupos étnicos de país é ta sina n'utro só através de fala (kilki ta tchomado na purtuguis tradição oral). Formas de ensinamentos entre diferentes grupos étnicos de país sta dominado pa fala i na sé língua. Es pesquisa i analisa kal ki força de língua purtuguis (LP) na sistema de ensino de Guiné-Bissau, nunde ki i djubido de perto

Possui bacharelato, licenciatura, mestrado e doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita e Filho" - UNESP/Campus de Araraquara. É membro do Grupo de Estudos e Pesquisa União Africana (GEPUA); pesquisador do Centro de Estudos das Culturas e Línguas Africanas e da Diáspora Negra (CLADIN), pesquisador do Laboratório de Estudos Africanos, Afro-brasileiros e da Diversidade (LEAD) pesquisador do Núcleo Negro da UNESP para Pesquisa e Extensão (NUPE), pesquisador associado do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa da Guiné-Bissau (INEP). Tem experiência de pesquisa na área de Ciências Sociais, atuando principalmente nos seguintes temas:Colonialismo Português e a educação na Guiné-Bissau; PAIGC e a educação na Guiné-Bissau, Banco mundial e as políticas educacionais na Guiné-Bissau; tenção entre a oralidade e a escrita e a educação na Guiné-Bissau; Consequência da língua portuguesa no ensino na Guiné-Bissau; circulação internacional dos estudantes dos países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP).E-mail: dabana.namone@gmail.com

kuma que alunos de 1^a a 4^a class de etnia Balanta-Nhacra de região de Tombali, que fica na sul de país ta lida ku es língua. E contado kal que política de educação e de língua que colonialista português pui pa i sinado e kal que se força depus de independência de Guiné-Bissau. E odjado kuma língua portuguis el que mais pui sistema de ensino quineense esta fraco, pabia de kuma é ta sinal suma se contra i língua de mininos que é kustuma ta papia na casa, contra gora manga deles ka kunsil, principalmente, quilis que mora na interior de país, suma es mininos Balanta-Nhacra de Tombali, que kutchido pa estuda na es pesquisa. Elis gora que ta papia só sé língua, pabia kuma puco ta papia kriol, que sedu língua que mas ta papiado na país. Pabia de kila, i tchigado conclusão de kuma fraguesa que ta odiado na escola i ka de aluno. Na bardade, el aluno, i ta sufri nan consiguências de fraguesa que tem na sistema de ensino de país, pabia de kuma língua portuguis que ta sinado na escola i ka fase parte de realidade cultural de es nacon - que sedu Guiné-Bissau. Caminho que iandado pa fasi es tarbadjo, i sedo pesquisa de livros ó documentos, suma tambi pesquisa ku ta fasido um tchon: nunde que djintes ta puntado, suma tambi é ta djubi dirito kuma que djintes que na pesquisado ta vive sé cultura. Es djubi dirito, i fasido na escolas e na tabancas que pesquisado. Pesquisa fasido na região de Tombali, na quatro escolas, que sedo: Escola de Ensino Básico Unificado de Mato-Farroba (EBU de Mato-Farroba), Escola de Ensino Básico Unificado de Cufar (EBU de Cufar), Escola de Autogestão de Mato-Farroba, que mas kunsido suma Escola Tona Namone (EAG Tona Namone) e Escola de Autogestão de Areia, tchomado Escola Abêne (EAG Abêne). È punta dissésseis estudantes, oito purssores e tris especialistas, dus de área de educaçon i um som de área de língua purtuguis.

Palabras-principais: Guiné-Bissau; Educaçon; Língua prtuguis; Balantas-Nhacra

Desne san widigme: A Guiné-Bissau, be ma lifte clifte monha ne kissukhg ko kissukhg a tchalte bi matne lifte lem kbamg mon, te bitetchene ma lifte ahadie. Hote kburtuguis guima bi tched cone ktil, ki coda ktida ma bitched lem cone lamna a hiscola, hote 11% ne binhan tida a makin lifte a Guiné-Bissau, binhobe na hadje bi ká a Pssau. Lamde ne kiussukho ko kissukho ne botcha ne Guiné ho ka som a lifte ne bsum, te bimane disnde a lifte ba. Quissif quidó, quetanhat mdatch boda te kburtuguis ten-ne a hiscola ne Guiné-Bissau, assín te quine kone quiluno ne 1ª a 4ª class, kine Brassa ne Mnalu. Bilimit, a quissif na quidó, a tchaluoda te Bicolon Biburtuquis tumne quilam-bangh ki glifte banha a botche-bu. binhin lem a psina bola mtahat na bdo mina bodnbo quebine quinthal te bihidne quindipendencia cante amu. Bebik ya clifte kburtuguis, kima ton hiscola quifuk a Guiné-Bissau, atchalte bimatne kin lam a hiscola abê lifte krassa te mkbiksson mani lifte mthank a kpanh. Nhote quidicó mbissonh na hatche uone, sé, bate quine a botche rassa ma tetche quim uo, abé mkbiksson brassa ne Mnalu, te bitchedne wilne tote siffa quissif na quidó. Mbo ban bimatne lifte son K'rassa tida, mbo bidulu na hatche tida a wid kbamq mon, te quine lifte te binhan tedjene ma lifte a Guiné-Bissau. Sana hdó mina ma atum te bibikene ja ké mkbikssonh matne tó a hiscola a uote uint, te tumne bimatene bik guidan a hiscola. Ban nan, maba bigh guidan, mbo kburtuguis matne ba lam a hiscola kim ke glifte te binham mane lifte a Guiné-Bissau. Sina te Binham ke sifne quissif quidó cobene tote madana sifi quissif-na quidó wi ka, quissif ne kdem ne carta, que kducumento, atchalne quissif ne toa abotche rassa to kana kpane binhan wil uo wil, abe a tchalne nhin ne mbóónh, tote madana widna wil te mane diz a escola, abe wil te mane lem diz a guintada. Quissif na quidó, bissifkin a Mnalu, a djiscola bimatne lam mkbisson, colna hadje ki cone Estado, colna hadje kbine quintada uone bimessek. Djiscola na kdó colna hadje ka a Fihaanthe, colo a Quifar, colo a Fsééf. Quine quigdó: Escola de Ensino Básico Unificado de Mato-Farroba (EBU de Mato-Farroba), Escola de Ensino Básico Unificado de Cufar (EBU de Cufar), Escola de Autogestão de Mato-Farroba, bi matne lem túk Escola Tona

Namone (EAG Tona Namone) e Escola de Autogestão de Areia, bitúkne lem Escola *Abêne* (EAG Abêne). A quissif na quidó, bikpa mkbissonh tchimen que tchumuk que hóda, matne to a escola, abe lem, bikpa kbirsor tchumuk que bihabm, atchalna lem ma bikpa binhangh biham te wid ne kwid quine cone quissín ne quilám, abe lem hal hoda te widne kwid te laquine aquissím ne glifte ne kburtuguis.

Glad te aten-ne faé ahatche: Guiné-Bissau; Quilám; Glifte ne kburtuguis; Birassa Biúnque

Considerações iniciais

A Guiné-Bissau é um país pequeno de 36.125 km², localizado na costa ocidental africana. Faz fronteira ao norte com a República do Senegal, ao leste e ao sul com a República da Guiné Conacri, ao oeste é banhado pelo Oceano Atlântico. O país foi um dos cinco da África invadidos por Portugal¹, tendo sido dominado por este último desde 1446 até 1973, ano que conquistou a sua independência unilateral, depois de quase 11 anos de luta armada contra colonialistas portugueses, que iniciou em 23 de janeiro de 1963 e terminou em 24 de setembro de 1973. Essa independência foi reconhecida pelo governo luso em 10 de setembro de 1974, após a queda do regime salazarista (NAMONE, 2014).

No país falam-se várias línguas étnicas oriundas de diferentes grupos étnicos que o compõem, tais como: *Fulas, Balantas, Mandingas, Pepeis* (ou papeis), *Manjacos, Mancanhas* (ou *Brames*), *Beafadas, Bijagos, Nalus, Felupes, Mansoancas, Sossos, Saracules, Tandas, Djacancas* entre outros menores. Além dessas línguas, temos também a língua crioula que é a mais falada, sobretudo nas cidades. A língua portuguesa que, muito embora não seja língua materna da maioria da população, sendo falada apenas por 11% dos guineenses (INEC, 1991), ou 11,08% (SCANTANBURLO, 2013, p. 28), cuja maioria reside na capital Bissau, figura-se como única língua oficial de ensino, sendo o inglês e o francês tidos como línguas complementares.

A presente pesquisa analisou o impacto da língua portuguesa (LP) no sistema de ensino da Guiné-Bissau, especialmente dos alunos da 1ª a 4ª classe da etnia Balanta-Nhacra, na região de Tombali, sul do país. Constatou-se que a LP é o principal fator de insucesso do sistema de ensino guineense, na medida em que ela é ensinada como a língua materna das crianças, cuja maioria a desconhece, sobretudo no interior do país, caso das crianças Balanta-Nhacra de Tombali, protagonistas dessa pesquisa, que só falam a língua materna, pois poucas falam o crioulo - o idioma mais falado no país.

_

¹ Os demais países que foram invadidos por Portugal são Angola, Cabo Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

Portanto, concluiu-se que o insucesso escolar não é dos alunos. Estes apenas sofrem as consequências do insucesso no sistema de ensino pautado em uma língua estranha à realidade sociocultural desta nação.

O trabalho está dividido em quatro seções: a primeira descreveu a política de assimilação adotada pelo regime colonialista português e seu impacto após a independência do país; a segunda apresentou caminhos metodológicos percorridos que permitiram realização dessa pesquisa, que consistem а na pesquisa bibliográfica/documental e na pesquisa de campo: entrevista e observação direta nas escolas e nas tabancas/aldeias pesquisadas; a terceira trouxe relatos dos informantes que apontam que a metodologia utilizada para ensinar a LP como a língua materna contribuiu decisivamente no insucesso do sistema de ensino quineense e a quarta seção destacou vários relatos dos nossos informantes, que são unanimes em afirmar que a LP é o principal fator de insucesso escolar na Guiné-Bissau, na medida em que é ensinada como a LM/L1 num país cuja maioria dos alunos a tem como língua estrangeira (LE). Portanto, concluiu-se que o insucesso escolar não é dos alunos. Estes apenas sofrem as consequências do insucesso no sistema de ensino pautado em uma língua estranha à realidade sociocultural do país.

A política de assimilação colonialista e seu impacto após a independência

Segundo Namone (2020), desde a chegada dos conquistadores portugueses ao território que chamavam de Guiné Portuguesa (atual Guiné-Bissau), em 1466, até a sua saída forçada, em 1974, usava-se a política educacional como principal ferramenta para promover a dominação dos nativos, por meio da política de assimilação, de acordo com a qual,

a língua portuguesa serviu como o principal meio de difusão, de dominação e de transmissão da cultura lusitana – dita civilizada – aos nativos africanos. Ao mesmo tempo, essa língua serviu como ferramenta de divisão dos guineenses entre classes – "assimilados = civilizados" e "indígenas = selvagens". Esses últimos foram segregados, marginalizados e mantidos à margem da sociedade lusa, ao mesmo tempo suas culturas e suas línguas foram desvalorizadas, sendo tratadas como dialetos (NAMONE, 2020, p.100, grifos do autor).

Nesse sistema colonialista, o Estatuto do Indígena² era o principal instrumento jurídico no qual se baseava a educação lusa, pois eram definidas em seu texto as

² O Estatuto do Indígena era uma lei que visava à "assimilação" dos nativos na cultura lusa. Essa lei estabelecia três grupos populacionais: os indígenas, os assimilados e os brancos, estes últimos os portugueses natos. Os primeiros eram considerados como aqueles que não têm direitos civis ou jurídicos e

Dabana Namone, A língua portuguesa e o insucesso do sistema de ensino na Guiné-Bissau: caso das crianças da etnia Balanta-Nhacra de Tombali condições que o africano deveria preencher para ser considerado "assimilado". Ou seja, para adquirir o "estatuto de assimilado", isto é, ser considerado "civilizado" e cidadão português, seria necessário ao africano preencher os seguintes requisitos:

1-) Ter 18 anos completos; 2-) Saber ler, escrever e falar corretamente em português; 3-) Ter profissão ou renda que lhe assegurasse o suficiente para prover as suas necessidades e do número de familiares; 4-) Ter bom comportamento, uma vida correta e possuir a instrução e os costumes indispensáveis à aplicação integral do direito público e privado dos cidadãos portugueses; 5-) Não estar inscrito como refratário ao serviço militar e não ter desertado (ALMEIDA, 1981, p. 37).

Era também fundamental, quando os agentes do governo luso visitassem a residência do requerente ao "estatuto de assimilado", para avaliar as suas qualificações, que existisse uma mesa de jantar, cadeiras, pratos, colheres, facas, garfos e demais objetos da vida "civilizada", bem como a fotografia do Presidente da República portuguesa exposta em lugar de destaque (MENDY, 1994). Sendo assim,

o africano "indígena", que quisesse adquirir estatuto de assimilado, teria que renunciar a sua cultura e a sua língua em proveito da cultura europeia "civilizada", devendo falar corretamente a língua portuguesa (NAMONE, 2020, p.100-101, grifos do autor).

Namone (2020, p. 100) considera ainda que o sistema colonialista separou também esse território em dois mundos: "o da cultura escrita – portanto, civilizado e avançado – e o da cultural oral, selvagem e atrasado, sendo esse último relegado ao abandono". Apesar das injustiças desse regime, no período da luta pela independência (1963-1973), o PAIGC³ manteve a língua portuguesa como a única de ensino nas zonas libertadas (doravante Z. L.), pois, segundo Amílcar Cabral (1979), a língua crioula não reunia condições para desenvolver o processo educativo. Vale lembrar que:

quando o partido iniciou a educação nas Z.L, decidiu adotar o *kriol* como língua de ensino. Pouco tempo depois, essa língua foi abandonada, através da decisão de Amilcar Cabral – líder do PAIGC – ao chegar à conclusão de que o *kriol* dificultava esse processo de ensino que se

³ PAIGC (Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo-Verde) foi o partido liderado por Amílcar Cabral, que lutou e conquistou a independência da Guiné-Bissau e de Cabo Verde da dominação colonialista portuguesa.

41

nem cidadania (NAMONE, 2020). Segundo este estatuto, "são considerados indígenas os indivíduos da raça negra e os seus descendentes que nasceram ou vivem habitualmente na província, sem possuir ainda a instrução e os costumes pessoais e sociais indispensáveis à aplicação integral do direito público e privado dos cidadãos portugueses" (ALMEIDA, 1981, p. 36).

pretendia dinâmico, visto que a língua crioula não dispunha de escrita normalizada a ser adotada, e que o país carecia de quadros especializados capazes de normalizar e fixar a sua escrita (NAMONE, 2020, p. 110-111, grifos do autor).

Diante desses desafios, não restava dúvidas para o líder do PAIGC de que a língua portuguesa deveria ser a única de ensino na Guiné-Bissau até o país reunir as condições viáveis para ensinar as línguas maternas, especialmente o crioulo — o que deveria ocorrer após a independência (CABRAL, 1979). Segundo o ponto de vista de Cabral, na Guiné-Bissau, a língua portuguesa era a única com um sistema de escrita desenvolvido, o qual faltava à língua crioula e às línguas étnicas. Além disso, ela poderia ser usada para comunicar com o mundo, para avançar a ciência e a tecnologia:

Nós, Partido, se queremos levar para frente o nosso povo durante muito tempo, [...] para escrevermos, para avançarmos na ciência, a nossa língua tem que ser o português. [...] Até um dia em que de facto, tendo estudado profundamente o crioulo, encontrando todas as regras de fonéticas boas para o crioulo, possamos passar a escrever o crioulo (CABRAL, 1979, p.105-106).

Sendo assim, a língua portuguesa foi adotada no ensino das Z. L. No entanto, após a independência, a elite política que assumiu o poder decidiu mantê-la como a única de ensino no país, enquanto esperava criar condições que permitissem o uso do crioulo nas escolas, contudo, essas condições não foram criadas até hoje. Enquanto isso, o português continua como único idioma de ensino guineense. Ou seja, da independência até o presente momento, o país não estabeleceu nenhum planejamento linguístico que levasse em consideração as línguas autóctones. Sendo a língua portuguesa mantida como a única do ensino.

Mas, apesar de Cabral e os governantes que tomaram o destino da nação depois da independência optarem pela adoção do português como a única língua de ensino, as consequências de seu uso logo se fizeram sentir: de modo geral, os alunos guineenses não dominam esse idioma. Essa situação é pior nas zonas rurais, fato que interfere negativamente nos seus rendimentos escolares, resultando em reprovações de grande parte dos estudantes. Pois, a metodologia usada para ensinar a língua portuguesa no sistema de ensino guineense contribui para seu insucesso, como veremos na próxima seção.

Os caminhos metodológicos

Os caminhos metodológicos percorridos que permitiram a realização desse trabalho basearam-se tanto nas pesquisas bibliográfica e documental como na de campo (pesquisa etnográfica). A pesquisa bibliográfica e documental foi realizada mediante análise de fontes documentais nacionais (da Guiné-Bissau) e internacionais, tais como: livros, teses, dissertações, artigos, relatórios, trabalhos publicados nos jornais, nos sites, nos blogs, em Organizações Não Governamentais (ONG) nacionais e internacionais que atuam na Guiné-Bissau e outros documentos impressos e digitais.

Já a pesquisa de campo foi realizada na região de Tombali, setor de Catió, nas quatro escolas, que se seguem: Ensino Básico Unificado de Mato-Farroba (EBU DE MATO-FARROBA), Ensino Básico Unificado de Cufar (EBU DE CUFAR), Escola de Autogestão de Mato-Farroba, conhecida como Escola Tona Namone (EAG TONA NAMONE) e Escola de Autogestão de Areia, chamada Escola *Abêne* (obrigado na língua balanta) (EAG ABÊNE). As duas primeiras são do Estado e as duas últimas funcionam em regime de autogestão, ou seja, são fundadas e mantidas pela associação dos pais e encarregados da educação, com o apoio das missões católicas.

Nessa pesquisa, entrevistamos 16 estudantes de 1ª à 4ª classe [série], nas quatro escolas, sendo quatro crianças por escola, dos quais 13 são da etnia Balanta-Nhacra e outros três são das etnias: *Bafada, Fula* e *Nalu* respectivamente. Desse total, oito são do sexo masculino e oito do sexo feminino. As entrevistas feitas com os/as alunos/as têm como objetivo analisar as consequências da LP na sua trajetória escolar. Também entrevistamos oito professores desses níveis de ensino, sendo dois por escola, sendo que cinco são do sexo masculino e três do sexo feminino. Não conseguimos estabelecer equidade de gênero, pois, nessas escolas a maioria dos docentes são homens. Desse total, quatro são da etnia Balanta, três da etnia Bijagó e um da etnia Beafada. Por último, entrevistamos três especialistas, sendo dois em educação e um em língua portuguesa.

Os nomes de todos os informantes são mantidos em sigilo, com vista a preservar suas identidades. No entanto, criamos códigos que nos permitem identificar o membro de cada grupo, como se segue no quadro abaixo.

Quadro 1: Código dos alunos, professores e especialistas entrevistados

Código dos alunos	Código dos professores	Código dos especialistas
Aluno EBU1-1; Aluna EBU1-2; Aluno EBU1-3; Aluna EBU1-4; Aluno EAG1-1; Aluna EAG1-2; Aluno EAG1-3; Aluna EAG1-4; Aluno EBU2-1; Aluna EBU2-2; Aluno EBU2-3; Aluna EBU2-4; Aluno EAG2-1; Aluna EAG2-2; Aluno EAG2-3; Aluna EAG2-4.	2; Profa. EAG1-1; Prof. EAG1-2; Prof. EBU2-1; Prof. EAG2-	

Fonte: Namone (2019)

A língua portuguesa é ensinada como língua materna na Guiné-Bissau

No sistema do ensino guineense, a LP é ensinada como língua materna – L1/LM das crianças. Mas o fato é que ela não é a (LM/L1) nem a língua segunda (L2) da maioria dos alunos. De acordo com Couto e Embaló (2010, p.47):

O português até hoje não é praticamente falado como língua vernácula na Guiné-Bissau. Ele só é adquirido como língua materna, por uma insignificante franja de filhos de guineenses que, tendo estudado em Portugal ou no Brasil, adotaram-na como língua de comunicação familiar.

Os relatos dos nossos informantes, (professores das escolas pesquisadas e especialistas em educação e em linguística) que seguem abaixo, revelam que a metodologia utilizada para ensinar a LP não é adequada à realidade sociolinguística dos alunos guineenses, principalmente nas zonas rurais, como é o caso dos alunos balantas pesquisados na região de Tombali, fato que contribuiu decisivamente no insucesso do sistema de ensino guineense. Segundo ESP/FEC1 - que é especialista em educação - "nos programas curriculares da Guiné-Bissau, a LP é encarada como a língua materna dos alunos. Ou seja, como se todos os alunos que entram na 1ª classe já soubessem falar LP". (ESP/FEC1. Buba/Guiné-Bissau, out: 2019. Entrevista concedida a Dabana Namone). Para ele:

O aluno logo desde a 1ª classe o que vai aprender é igual ao aluno de 1ª classe, por exemplo, em Portugal ou no Brasil. O fato é que os alunos de Portugal e do Brasil já sabem a língua portuguesa quando vão para escola. E os alunos da Guiné-Bissau, a maioria, quase todos – então nas regiões de Quinara e Tombali eu imaginaria que 99% – não sabem a LP. Não

sabem falar, nem ouvir, nem ler e nem escrever e quando entram para escola, o programa curricular da Guiné-Bissau não está adaptado e vai começar a falar da gramática, dos verbos, dos advérbios, das preposições para o aluno como se ele já soubesse falar a LP. Mas o aluno não sabe falar a LP e nem tem minimamente a noção de como se comunicar nessa língua. (ESP/FEC1. Buba/Guiné-Bissau, out: 2019. Entrevista concedida a Dabana Namone).

Nesse sentido, o referido especialista em educação sugere que o Ministério da Educação guineense deve ensinar a LP como língua estrangeira (LE) do aluno, visto que, "em primeiro lugar o aluno tem que aprender a expressar oralmente da LP; tem que aprender primeiros os vocabulários dessa língua e não dar mais atenção à parte formal, por exemplo, os verbos, os pronomes, os advérbios etc". (ESP/FEC1. Buba/Guiné-Bissau, out: 2019. Entrevista concedida a Dabana Namone). O mencionado informante explica que:

Quando aprendemos uma língua estrangeira, por exemplo, a língua inglesa, no primeiro ano os verbos são dois ou três. A maioria das coisas que você aprende são os vocabulários, pequenas frases, como cumprimentar as pessoas, como falar vou à feira fazer compras, como pedir as coisas, perguntar quanto custa. Ou seja, aprender coisas do cotidiano do dia a dia, aprender os sons daquela língua, aprender as semelhanças daquela língua com a sua língua materna. (ESP/FEC1. Buba/Guiné-Bissau, out: 2019. Entrevista concedida a Dabana Namone).

Mas, para ele, não é isso que está sendo feito com as crianças guineenses. O que ocorre hoje na Guiné-Bissau é como se a LP fosse língua materna delas, partindo do princípio de que elas já sabem falar a LP. Nesse contexto, o aluno estuda LP até a nona classe, mas, mesmo assim, não sabe usá-la para se comunicar. Ou seja, o aluno faz um percurso de nove anos ouvindo a LP sem conseguir falar o idioma.

Mas, se você perguntar as coisas formais da LP, por exemplo, o tempo verbal ou o que é um nome, o que é um verbo, o que é um adjetivo, eles sabem. Aquelas coisas formais de uma língua, os bons alunos sabem. Por quê? Porque o programa curricular da Guiné-Bissau, ou seja, o currículo que os professores têm que cumprir, é um currículo formal e tradicional da LP, que ensina os verbos, as classes das palavras, como dividir os parágrafos, tipos de textos. Mas há pouco espaço para treinar a oralidade e acho que a oralidade que é o segredo de qualquer língua. (ESP/FEC1. Buba/Guiné-Bissau, out: 2019. Entrevista concedida a Dabana Namone).

O DRE/C2, por seu lado, critica também a metodologia utilizada no ensino da LP na Guiné-Bissau, o que para ele contribui, em grande medida, para o fracasso escolar de muitos estudantes das zonas rurais guineenses. Para ele também, a LP deveria ser ensinada como a L2 ou até como LE e justifica por quê:

Porque imagine um nativo que nasceu numa determinada zona, por exemplo, aqui na região de Tombali – predominada pela etnia Balanta – para um aluno balanta falar a LP tem que fazer a ligação entre três línguas: primeiro da língua balanta (LBal) para LC e desta para LP. Isso cria muitas dificuldades para ele. (O DRE/C2. Catió /Guiné-Bissau, jun.: 2019. Entrevista concedida a Dabana Namone).

Ainda o DRE/C2 critica que, em vez de ensinar o aluno a ter contato e aprender os vocabulários da LP através da oralidade, fazendo-os dialogar entre si, eles são ensinados logo de início apenas a gramática:

Se você ensinar o aluno baseando-se apenas na gramática, tais como: o que é verbo, o que são os pronomes, os adjetivos, entre outros, será que esse aluno um dia vai conseguir comunicar na LP? Achamos que não. Por que não ensinamos a LP como a L2? Por que não fazemos os alunos de 1º e 2º anos ter contato com a língua portuguesa criando-os diálogo, estimulando-os a falar? (DRE/C2. Catió/Guiné-Bissau, jun.: 2019. Entrevista concedida a Dabana Namone).

Chico (2012) já vinha chamando atenção sobre a metodologia usada para ensinar a LP nas escolas guineenses, ao considerar que essa metodologia,

tem revelado grandes deficiências, porque as estratégias utilizadas pelos professores guineenses são as do ensino tradicional de línguas, em que se dá mais atenção ao estudo da gramática (baseado essencialmente na memorização das regras gramaticais), sem uma preocupação com a reflexão que possa permitir uma avaliação de ensino e aprendizagem da língua em questão (CHICO, 2012, p. 70).

Diallo (2007) foi mais radical no assunto, considerando que nenhum país do mundo conseguiu desenvolver-se na base de um sistema educativo em que o ensino é exclusivamente ministrado numa língua em que a maioria da população ignora. Para ele "o desenvolvimento durável é possível só quando acompanhado por um sistema educativo em que as comunidades beneficiárias se apropriam dele" (DIALLO, 2007, p. 8). E ainda afirma que

a utilização da língua materna garante a continuidade do desenvolvimento psicomotor, afectivo e cognitivo da criança: tirar-lhe esta oportunidade, significa colocá-la deliberadamente numa situação de desequilíbrio permanente. Ora, na criança, um simples conflito linguístico pode degenerar conflitos extralinguísticos que podem afectar a sua personalidade (DIALLO, 2007, p. 11).

Contudo, este problema continua sendo ignorado, até hoje, pelos sucessivos governantes guineenses, que em vez de adotar uma metodologia de ensino da LP adequada à realidade sociolinguística do país, continuam ensinando-a como a língua

Dabana Namone, A língua portuguesa e o insucesso do sistema de ensino na Guiné-Bissau: caso das crianças da etnia Balanta-Nhacra de Tombali materna para os alunos, cuja maioria não tem o mínimo conhecimento dela, o que prejudica a sua aprendizagem, resultando em reprovações e abandono escolar.

A língua portuguesa como principal fator de insucesso escolar na Guiné-Bissau

Segundo nossos informantes, a LP é o principal fator de insucesso escolar na Guiné-Bissau, na medida em que é ensinada como a LM/L1 num país cuja maioria dos alunos a tem como língua estrangeira (LE). O Prof. EBU2-2 fez uma observação crítica nesse sentido, enfatizando aspectos negativos da LP no ensino guineense atualmente. Como exemplo disso, o professor lembra um fato que aconteceu entre ele e um aluno da etnia Balanta dentro da sala de aula, na escola de ensino básico unificado de Cufar na qual trabalha:

Imagine, por exemplo, nessas regiões, caso concreto aqui no sul, a maioria dos alunos falam a língua da sua etnia. Aliás, aconteceu comigo aqui na escola mesmo a menos de dois meses o seguinte: expliquei as matérias em português, no final, um aluno virou e falou com o seu colega na língua balanta: "tudo que o professor falou até agora não entendi nada". Logo, o colega dele virou para mim e disse em crioulo: purssor, nha colega fala kuma i ka ntindi nada ki bu fala. [professor, meu colega diz que não entendeu nada que você disse até agora]. Aí, perguntei: por quê? Ahah...kima i ka sibi papia purtuguis. [Ahah... ele diz que não sabe falar o português] - respondeu o colega. Olha só... Isso me marcou muito, pois acontece que o mesmo aluno não domina também a língua crioula e eu não domino a língua balanta. Ou seja, isso cria um pouco de limitação ao aluno. O aluno fica limitado e mesmo que tem dúvidas fica com dificuldade de apresentá-las, porque tem medo de que se falar errado os colegas vão rir dele na sala. Por isso, se verifica na sociedade, às vezes você que tem dificuldade de falar uma língua fica com medo de falar porque acha que se falar errado as pessoas vão rir. (Prof. EBU2-2. Cufar /Guiné-Bissau, jun./jul.: 2019. Entrevista concedida a Dabana Namone).

O caso relatado por esse professor sobre seu aluno não é um caso isolado. É, sim, o retrato de um problema que a maioria dos alunos enfrenta na escola, principalmente nas zonas rurais do país, como é o caso dos alunos balantas pesquisados. A LP é praticamente inexistente no seu vocabulário, fato que gera muitas dificuldades ao longo da sua trajetória escolar.

Percebe-se que esse aluno, além de ter dificuldades na LP e na LC, apresenta também outros problemas decorrentes do anterior, isto é, timidez, medo ou vergonha de apresentar suas dúvidas e expressar suas opiniões na sala de aula. Nesse caso, apesar de estar com dúvidas, ele mesmo não conseguiu apresentá-las ao professor. Isso acontece porque o aluno/a fica com medo ou vergonha de falar a LP, pensando que se errar será alvo de ridicularização por parte dos seus colegas. Ou seja, é uma realidade

Dabana Namone, A língua portuguesa e o insucesso do sistema de ensino na Guiné-Bissau: caso das crianças da etnia Balanta-Nhacra de Tombali que acontece com muitos estudantes guineenses, que ficam praticamente passivos na sala de aula devido ao fato de ter dificuldades na LP, ficam com medo ou vergonha de falar para não sofrer *bullying* por parte dos/das colegas, fato que obriga muitos/as a ficarem o tempo todo calado/a na sala de aula.

O Prof. EBU2-2 aponta ainda as consequências negativas da LP no ensino básico, explicando que muitas das vezes o professor explica a matéria, passa um exercício no quadro e explica e alunos compreendem bem, agora, para eles te responder aquele exercício na LP é onde eles enfrentam dificuldades, sobretudo, na escrita. Mas, se fossem nas suas próprias línguas eles não teriam dificuldade em responder. (Prof. EBU2-2. Cufar /Guiné-Bissau, jun./jul.: 2019. Entrevista concedida a Dabana Namone).

Ademais, a Profa. EAG1-1 considera também que a língua portuguesa é o maior causador das dificuldades nos alunos, uma vez que eles não têm habilidade nela, por falta de hábito de falar e escrever. "Por exemplo, esses aqui da nossa escola falam sempre a língua balanta, porque quase todos são Balantas, o que interfere na aprendizagem tanto da língua crioula como da língua portuguesa". (A Profa. EAG1-1. Mato-Farroba/Guiné-Bissau, jun./jul.: 2019. Entrevista concedida a Dabana Namone). Por seu turno, o Prof. EAG1-2 segue apontando o mesmo problema:

A primeira dificuldade dos alunos é da língua portuguesa. Por quê? Porque o aluno sai da *tabanca*, na família falando a sua língua materna ao chegar à escola tudo muda, ou seja, o aluno começa a lutar para se enquadrar na língua da escola [a LP]. Isso dificulta a sua aprendizagem. Na escola, o professor tem que ter a concentração, porque se ele explicar as matérias apenas em português, a maioria dos alunos não compreende, só um ou dois vão compreender. (Prof. EAG1-2. Mato-Farroba/Guiné-Bissau, jun./jul.: 2019. Entrevista concedida a Dabana Namone).

Também, a Profa. EAG2-2 acha que o primeiro fator de dificuldade dos alunos está na falta de domínio da LP:

Para mim, o primeiro fator é o não domínio da língua portuguesa, porque em casa alunos falam as línguas maternas e quando chegam na escola para estudar deparam com a língua portuguesa que nunca aprenderam a falar, fato que prejudica sua aprendizagem, gerando muitas dificuldades e reprovações. (Profa. EAG2-2. Areia/Guiné-Bissau, jun./jul.: 2019. Entrevista concedida a Dabana Namone).

O Prof. EBU1-1 também lamenta que o problema da língua portuguesa na Guiné-Bissau, hoje em dia, é muito grave. Na verdade, a língua portuguesa é nossa língua oficial, mas temos diferentes línguas étnicas.

Numa tabanca como essa [Mato-Farroba], principalmente no ensino elementar, o professor tem que utilizar português pouco, crioulo pouco e língua étnica pouco para que o aluno consiga acompanhar a matéria. Porque se o professor falar apenas a língua portuguesa, os alunos ficam totalmente perdidos. Na verdade, caso o professor saiba falar a língua étnica dominante na tacanca onde ele dá aula, obrigatoriamente tem que tocar nela para facilitar a compreensão dos alunos, caso contrário, os alunos ficam totalmente perdidos. (Prof. EBU1-1 Mato-Farroba/Guiné-Bissau, jun./jul.: 2019. Entrevista concedida a Dabana Namone).

A seguir, a Profa. EAG2-1 considera a LP como principal obstáculo que alunos enfrentam na escola. Pois, para ela, muitos alunos têm dificuldade na escrita da LC e pior ainda na LP, o que gera muitas dificuldades inclusive a reprovação. Para ela:

A criança aprende com mais facilidade e mais rápido na primeira língua, ou seja, a sua língua materna. Por exemplo, essas que ainda não sabem falar a LC se você ensiná-las nas suas línguas étnicas, vão apreender mais rápido. Agora, se forem ensinadas na língua que não dominam, vão apreender com dificuldade. (Profa. EAG2-1. Areia/Guiné-Bissau, jun./jul.: 2019. Entrevista concedida a Dabana Namone).

O DRE/C1 traz mais detalhes sobre o assunto, apontando a incompreensão da LP como principal causa de dificuldades e de reprovações dos alunos. Mas, para ele, a culpa não é do professor nem do aluno, o problema está na aplicação de metodologia errada para ensinar a LP:

O maior causador das dificuldades e reprovações dos alunos está na incompreensão da língua do ensino (a LP). Por que reprovar significa o quê? Significa que o aluno estudou até o final do ano, foi avaliado e em consequência dessa avaliação foi reprovado. E se o aluno não conseguir resultado que o permite passar, significa que sua aprendizagem é insuficiente e quando é assim, temos que procurar fatores que provocaram tal insuficiência e se você pesquisar vai descobrir que o primeiro fator é a língua. Ou seja, aprendizagem dos nossos alunos está fraca, mas a culpa não é do professor nem dos alunos e, sim, da incompreensão da língua de ensino - LP. Porque aplicação do método depende mais do domínio de língua. (DRE/C1. Catió/Guiné-Bissau, jun.: 2019. Entrevista concedida a Dabana Namone).

Este especialista em educação considera ainda que a falta de compreensão da LP é que obriga muitos alunos a decorar o texto, pois, para ele, a aprendizagem parte da compreensão da língua. Ora, se o aluno não entende a língua da escola, obviamente, terá dificuldade no processo de ensino e de aprendizagem, porque o aluno consegue ler o texto, mas não sabe o significado do que ele está lendo, por isso que, segundo ele, o aluno memoriza as matérias para conseguir fazer as provas. Mas, depois de dois anos, se você fizer uma pergunta a esse aluno sobre as mesmas matérias, ele não vai saber

responder, porque já esqueceu. Mas se você perguntar ao aluno que domina a LP, ele vai dar a resposta certa, porque entendeu o assunto de que se trata. Por isso, ele defende que a LC e as línguas étnicas deveriam ser as línguas de ensino no país. Ou, pelo menos, o nosso ensino deveria ser bilíngue – com a LP apoiada pela LC. Nesse caso, a LC, por mais que possa parecer difícil, tem os termos que vem das nossas línguas étnicas. Sendo assim, não podemos fazer ao contrário, porque no nosso meio social, a criança nasce e vive durante seis anos sem ter contato com a LP, já que não a temos como a língua de base.

Como podemos constatar através dos relatos desses informantes, a LP é o principal fator que causa dificuldades na aprendizagem dos alunos na Guiné-Bissau, principalmente no interior do país. Porque a maioria esmagadora dos guineenses desconhece o referido idioma, sobretudo nas zonas rurais, pois, as pessoas residentes nessas regiões usam habitualmente as suas línguas maternas.

A nossa hipótese inicial era de que a LP contribui para o fracasso ou insucesso escolar dos alunos no país, especificamente, as crianças Balantas-Nhacra do ensino básico da região de Tombali, porém essa hipótese não foi confirmada no campo. O que foi confirmado é o insucesso do próprio sistema de ensino, na medida em que a LP é ensinada como a língua materna das crianças, cuja maioria a desconhece, sobretudo no interior do país, caso das crianças Balanta-Nhacra de Tombali, que só falam a língua materna, pois poucas falam o crioulo - o idioma mais falado no país. Portanto, concluiu-se que o insucesso escolar não é dos alunos. Estes apenas sofrem as consequências do insucesso no sistema de ensino pautado em uma língua estranha à realidade sociocultural do país.

Considerações finais

A Guiné-Bissau é um dos países africanos com altas taxas de analfabetismo⁴, especialmente nas zonas suburbanas e rurais. O grande problema é o ensino em língua portuguesa, porque a "grande maioria dos alunos, principalmente das zonas rurais nascem e crescem sem ter contato nenhum com o português. O contato com o português inicia-se na 1ª série de ensino quando a aluno já está com 7, 8 ou 9 anos, atitude que dificulta a aprendizagem" (NAMONE; TIMBANE, 2018, p. 15).

_

⁴Se entendermos o *analfabetismo* como um conceito que define a pessoa desprovida de conhecimento da escrita.

O insucesso do sistema do ensino guineense deve-se à metodologia utilizada no ensino da LP, uma vez que ela é ensinada segundo a metodologia da língua materna - LM, para crianças que a desconhecem, independentemente se a escola se encontra na cidade ou nas zonas rurais. Ao contrário, a língua crioula que é a mais falada e as línguas étnicas são ignoradas.

O ensino de língua portuguesa é desenvolvido por processos didáticos que se assentam na repetição e na memorização, isto é, o aluno não é levado a perceber o conteúdo até ao ponto de poder relacioná-lo com a sua realidade, num contexto comunicativo (CANDÉ, 2008). "Os alunos decoram frases mecanicamente, sem nenhum senso crítico, porque o ensino da gramática ou o funcionamento da língua é exclusivamente baseado na memorização" (COUTO; EMBALÓ, 2010, p.41). Essa atitude reflete negativamente no resultado do aluno, pois, em momentos de avaliação, esses alunos não conseguem desenvolver seu próprio raciocínio.

A metodologia da memorização inibe a criatividade do aluno e faz com que ele fique preso em frases pré-elaboradas e ditas pelo professor, o que acarreta graves consequências para o próprio aluno, em particular, e para o sistema de ensino em geral. Uma das principais consequências desse método é o maior índice de reprovações e abandono escolar, fato que também não contribui para a melhoria de qualidade da educação.

Portanto, quando se fala de insucesso escolar na Guiné-Bissau, deve-se ter na mente que tal insucesso não se deve ao fato de os alunos terem dificuldades na aprendizagem escolar ou de apresentarem maior índice de reprovações. O insucesso é do próprio sistema de ensino, na medida em que a LP é ensinada como a língua materna das crianças, cuja maioria a desconhece, sobretudo no interior do país, caso das crianças Balanta-Nhacra de Tombali, que só falam a língua materna, pois poucas falam o crioulo o idioma mais falado no país. Portanto, concluiu-se que o insucesso escolar não é dos alunos. Estes apenas sofrem as consequências do insucesso no sistema de ensino pautado em uma língua estranha à realidade sociocultural desta nação.

A realidade sociolinguística da Guiné-Bissau demonstra que é urgente adotar a língua crioula (ou guineense) no ensino, uma vez que é a mais falada pela maioria da população. Também, as línguas étnicas devem ser valorizadas nas escolas, pois elas são as línguas maternas de muitas crianças. A valorização das línguas maternas dos alunos na escola é um desafio que os governantes guineenses e a sociedade em geral devem encarar como benéfica para o país. Pois, como dizem os especialistas no assunto, o

Dabana Namone, A língua portuguesa e o insucesso do sistema de ensino na Guiné-Bissau: caso das crianças da etnia Balanta-Nhacra de Tombali ensino na língua materna, além de facilitar a aprendizagem do aluno e elevar a sua autoestima, facilita a sua aprendizagem nas outras línguas.

Referências

ALMEIDA, H. M. F. Educação e transformação social: formas alternativas de educação em país descolonizado, 1981. 239 f. Dissertação (Mestrado em educação) – Instituto de Estudos Avançados em Educação, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1981. CABRAL, A. Análise de alguns tipos de resistências. Bolama: Imprensa Nacional, 1979. CANDÉ, F. A língua portuguesa na formação de professores do ensino básico da região de Bafatá, na Guiné-Bissau. 2008.112 f. Dissertação (Mestrado em linguística) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2008. CHICO, P. O Ensino do Português como Língua Segunda na Guiné-Bissau: que metodologia? Revista Guineense de Educação e Cultura, Lisboa, n. 2, p. 70-74, 2012. COUTO, H. H. do; EMBALÓ, F. Literatura, Língua e Cultura na Guiné-Bissau: um país da CPLP. Papia, Brasília, n. 20. p. 1-256, 2010.

DIALLO, I. Guiné-Bissau: que papel e que lugar nas políticas nacionais de desenvolvimento e estratégias de integração Subregional? INEP (mimeografado), Bissau, 2007.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA E CENSO - INEC. Recenseamento geral da população e habitação v. IV. Bissau: INEC, 1991.

MENDY, P. K. Colonialismo português em África: a tradição de resistência na Guiné-Bissau (1879-1959). Bissau: INEP, 1994.

NAMONE, D. & TIMBANE, A. A. Consequências do ensino da língua portuguesa no ensino fundamental na Guiné-Bissau 43 anos após a independência. *Mandinga: Revista de Estudos Linguísticos*, Redenção-CE, v. 01, n. 01, p. 39-57, jan./jun. 2017.

NAMONE, D. A luta pela independência na Guiné-Bissau e os caminhos do projeto educativo do PAIGC: etnicidade como problema na construção de uma identidade nacional. 2014. 120f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2014.

NAMONE, D. Educação tradicional e moderna na Guiné-Bissau e o impacto da língua portuguesa no ensino: caso das crianças da etnia Balanta-Nhacra de Tombali. 2020. 346p. Tese (doutorado em Ciências Sociais), Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraguara, 2020.

SCANTAMBURLO, L. O léxico do crioulo guineense e as suas relações com o português:

o ensino bilingue português-crioulo guineense. Tese (doutorado em Linguística) -

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2013.

Recebido em: 14/06/2021 Aceito em: 15/09/2021

Para citar este texto (ABNT): NAMONE, Dabana. A língua portuguesa e o insucesso do sistema de ensino na Guiné-Bissau: caso das crianças da etnia Balanta-Nhacra de Tombali. **Njinga & Sepé:** Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras. São Francisco do Conde (BA), v.1, nº 2, p.37-53, jul./dez.. 2021.

Para citar este texto (APA): Namone, Dabana. (jul./dez.. 2021). A língua portuguesa e o insucesso do sistema de ensino na Guiné-Bissau: caso das crianças da etnia Balanta-Nhacra de Tombali. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), 1(2): 37-53.



Njinga & Sepé: https://revistas.unilab.edu.br/index.php/njingaesape